

Cristianismo e política: uma história por regra mal contada

Debate Religião
Fernando Belo

1 Quem tenha alguma cultura histórica perceberá facilmente que há um anacronismo inevitável nas leituras correntes dos evangelhos, como se eles tivessem sido escritos para durarem vinte séculos ou mais até aos crentes de hoje: a sua característica mais óbvia reside na consideração de que a Bíblia é um livro religioso. O historiador alemão judeu Folker Siegert (*in* P. Geoltrain, *Aux origines du christianisme*) disse lapidarmente que “o judaísmo do primeiro século não é uma religião, é um povo”. O que significa que nele religião e política são indissociáveis, o que inclui também Jesus, como aliás atesta o processo que o condenou.

Religião e cosmopolítica

2. Todas as sociedades não industriais, em que colheitas e rebanhos são a fonte principal da riqueza, estão dependentes das respectivas *fecundidades* que os humanos não controlam, são segredo dos deuses. A abertura em algumas grandes cidades de uma cultura escrita cosmopolita fez surgir *escolas espirituais* que criticam a religião, Buda, Confúcio, Zaratustra, e no helenismo escolas filosóficas e de cultos de divindades orientais, escolas essas ditas “heresias” (em grego, “escolha”), termo que significa o gesto moderno por excelência, o da crítica da tradição, em que se escolhe o que se quer reter.

3. A especificidade da Bíblia hebraica, livro político-religioso, foi segundo o Deuterónimo (-640 a.C.) a proposta com Moisés de uma aliança em que a *bênção*, fecundidade e paz, seria dada se as casas israelitas e os reis observassem uma ética de justiça social: “que não haja pobre no meio de ti” (15,4). Segundo os Profetas, foi por não terem sido fiéis que essa aliança falhou e foram derrotados, primeiro pelos Assírios (séc. VIII) e depois por Babilónia (início séc. VI). Os livros da Lei escritos em seguida reformularam a aliança, agora sob a égide de Abraão, como uma promessa incondicional, mas depois de dois séculos pacíficos como vassalos do Irão, as vitórias de Alexandre e em -63 de Pompeu vieram pôr em questão essa promessa: ocupação estrangeira violenta sem nenhum vislumbre de saída política, isto é, guerreira, que tornasse viável a promessa. Esta situação está na origem de dois séculos e meio de literatura apocalíptica que (com influência do iraniano Zaratustra, a quem se deve o motivo de Juízo final e da ressurreição dos mortos), apostou como única possibilidade na intervenção escatológica vitoriosa de um Messias que vencesse enfim os Romanos. Entre as várias tendências inconformistas,

desde os Essénios marginais do Mar Morto às tentativas de rebelião armada dos Zelotes, vencidos no ano +70 por Tito, situam-se João Baptista, Jesus e Paulo, crendo que o Reino de Deus, o Juízo Final, se faria em breve, durante a vida da respectiva geração (Marcos 1,15 e 9,1, 1.ª Tessalonicenses 4,15-17 e 1.ª Coríntios 15,51-53). O evangelho de Marcos foi escrito na sequência do fim de Jerusalém (e da literatura apocalíptica) e interpreta a derrocada do Templo como sinal do retorno iminente do Messias ressuscitado: “compreende, leitor!”, adverte em 13, 14. Mateus ainda subscreve esta expectativa que, Lucas, da geração seguinte, tem que desfazer, adiando a escatologia.

4. Sempre muito resumidamente, a consequência deste desfecho foi que as comunidades cristãs deixaram rapidamente de ter membros vindos do judaísmo e seguiram o caminho aberto por Paulo, tornando-se gregas e romanas. Orígenes de Alexandria instituiu o discurso teológico que acolherá os grandes dogmas dos séculos IV e V e perdurará até ao século XX, teologia que de si mesma se diz dogmática, enquanto que o legado judaico ficou confinado à liturgia. Ou seja, o cristianismo, fenómeno de cidades (o “pagão” era o camponês fixado à terra pela “*pax*” romana), foi durante dois a três séculos uma “heresia” cosmopolita entre as outras (Actos dos Apóstolos 24,5; o termo veio a tornar-se pejorativo na 2.ª metade do séc. II), perseguida por várias vezes, até receber o beneplácito de Constantino e dos seus sucessores: a *ecclesia* espiritual tornar-se-á religião do império e sobreviverá à implosão ocidental deste, voltando a haver pelos séculos seguintes religião e política indissociáveis, como é regra das sociedades agrícolas e testemunham os

conflitos constantes entre reis e bispos, papas e imperadores. Mas também confirma este deslocamento para o religioso ancestral holístico (que o cosmopolitismo questionara) o facto de, desde os monges do deserto egípcio e de S. Bento, se gerarem incessantemente grupos espirituais, franciscanos, dominicanos e por aí fora, com reclamações de reforma eclesiástica, as quais explodiram no séc. XVI com a Reforma espiritual protestante em ruptura com Roma, mantendo, é certo, uma parte da estrutura religiosa, donde a multiplicação de confissões e de revivalismos espirituais. E foi o cosmopolitismo que, desde a impressão dos livros até à industrialização moderna, levou à separação das Igrejas e dos Estados seculares, mormente nos países católicos, onde a resistência clerical foi maior, aonde os cristãos rurais ocupam o lugar dos antigos “pagãos”. Com essa excepção inacreditável do dólar ter inscrito “em Deus confiamos”.

Cristianismo e política

5. Delineado o quadro histórico, resta a questão inteira: como se relacionam os evangelhos, na sua radicalidade espiritual escatológica, com a política do mundo de hoje, com as suas questões ecológicas e sociais lancinantes? Do religioso para o espiritual, o *enigma da fecundidade* (de uma planta muitas sementes, de um casal muitas ninhadas) desloca-se dos campos e dos rebanhos para os comportamentos humanos, cujo excesso tem o nome de *generosidade*: amar o próximo é a coisa mais difícil do mundo, como todos temos experiência. Em que é que a política, a organização da sociedade, se opõe à generosidade, quando em termos de riqueza, a fecundidade foi substituída pela

Há um anacronismo inevitável nas leituras correntes dos evangelhos, como se eles tivessem sido escritos para durarem vinte séculos ou mais até aos crentes de hoje



escravo de todos” (Marcos 10,42-44) – pode ser lido como fomento das possibilidades dos que estão sujeitos aos poderes, ajudá-los a libertarem-se para o que *possam* fazer e ser. Como por exemplo deve ser o lema de toda a educação, de todo o ensino.

6. Há três dicotomias políticas nos evangelhos que podem ser esclarecedoras: “não podeis servir Deus e o Dinheiro” (Mateus 6,24), “dai o que é de César a César

produtividade? Em todas as suas estruturas que consolidam um *poder*, substantivo de uso corrente, este tende a *impedir* o que os seus subordinados *podem*, como verbo. O motivo evangélico do *serviço* extremamente radical – “vocês sabem que os que são vistos como chefes das nações mandam nelas como senhores e que os grandes fazem sentir o seu poder sobre elas; não deve ser assim entre vocês: pelo contrário, quem quiser tornar-se grande entre vocês, far-se-á o vosso servo e quem quiser ser o primeiro entre vocês, far-se-á o



RUI GAUDÊNCIO

e o que é de Deus a Deus” (Marcos 12,17), “[Deus] não é um Deus de mortos, mas de vivos; todos com efeito vivem por ele” (Lucas 20,38). O dinheiro, César e o Deus dos mortos (da religião enquanto poder, de que o suporte é o Templo, adversário simbólico de Jesus) são três feitiços do *poder* substantivo que impede que se possa viver fecundamente. É o cerne da atitude espiritual, renunciar aos feitiços, mas também é a de todos os grandes apaixonados por causas de vida, artistas ou pensadores, gente entregue à generosidade social, aqueles cujas biografias lemos por vezes maravilhados, que nos mostram como vale a pena viver. Fecundidade fora do “poder”: “sem posses” mas “podendo” além do que podiam. É isso uma ética radical.

7. É o dito referido ao imposto a César que pede um esclarecimento, os outros dois podem ser deixados à imaginação do leitor. Esta oposição é uma espécie de emblema da leitura anacrônica, que lê uma repartição das actividades, ao poder do Estado o que lhe compete, ao mundo eclesiástico a sacristia e o seu rebanho de pastores, um pacto entre dois “poderes” substantivos (em que um deles está a perder terreno há mais de um século, o outro também aliás, nos últimos 30 anos de supremacia financeira do grande capital, como temos sentido). Mas uma leitura atenta do episódio que culminou nessa frase mostra o anacronismo que seria deixar-se todo o domínio de César ao seu arbítrio. Trata-se de uma armadilha: “É ou não lícito pagar o imposto a César?” Se Jesus disser que não, será denunciado à autoridade romana ocupante, a quem esse imposto se destina; se disser que sim, será abandonado pela multidão antiocupação romana que o aclamou à entrada em Jerusalém e à expulsão dos vendilhões do Templo, deixará de ser perigoso. Se a resposta de Jesus fosse a que hoje corre (e que ajuda ao ajuste dos poderes, não é daí que vêm os problemas entre nós, essa lição de separação dos domínios até seria útil a muçulmanos e israelitas), ele teria caído na armadilha e sido renegado pela multidão, o que obviamente não sucedeu: a resposta não foi a de um “colaborador” com o ocupante. A astúcia de Jesus foi pedir a moeda e pegar pela imagem de César nela: a Lei bíblica proíbe as imagens de humanos, aquela imagem é pois ilícita, estrangeira, mandá-la para César equivale a expulsar a moeda do país, o que por um lado convém à multidão que o aclama e por outro não dá pretexto a acusação aos Romanos. “E eles ficaram espantados” com a resposta, concluem os três evangelhos. Em vez de submissão ao poder de César, é a libertação dos feitiços do poder – do dinheiro e das burocracias (clerical ou outra, engravatada, mediática) – que permite “viver” fecundamente, apaixonadamente.